

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO ALEGRE - BAHIA

Ao
Fundo Municipal de Saúde
Kércia Alvares Nascimento

Processo Administrativo nº 099/2025
Dispensa de Licitação nº 054/2025

1. Da Justificativa da Dispensa de Licitação

Em razão do enquadramento a licitação quando inviável a competição no art.75, inc. IV, da Lei 14.133/21, justifica-se a contratação direta através de Dispensa de Licitação em razão da notória especialização, uma vez que se trata de exceção a regra de realização de processo licitatório.

2. Da Razão da Escolha do Fornecedor e da Justificativa dos Preços

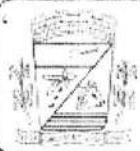
Em análise aos presentes autos, observamos que se trata de uma empresa que comprova notória especialização na área do objeto de pretensão a ser contratado, que comprova notória especialização, preenchendo os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária à contratação:

Diante disso, em razão da necessidade de atendimento do disposto no Art. 75, Inciso IV, da Lei 14.133/21.

Diante do exposto, informo que segue no auto deste processo todos os documentos necessários conforme a Lei 14.133, para realizar Dispensa de Licitação em razão da notória especialização. Vossa Excelência da ciência que este processo será encaminhado a Assessoria Jurídica deste município para continuidade deste processo.

Capela do Alto Alegre- BA, 01 de julho de 2025.

REILA SOUZA ALMEIDA
Agente de contratação



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO ALEGRE - BAHIA

À

Procuradoria Jurídica do Município
Processo Administrativo nº 099/2025

Referente: **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva por tempo de garantia da SPIN/Nova SPIN LTZ AT 1.8 – 111 CV, Placa: SKF1J98 do Fundo Municipal de Saúde.**

Em conformidade com a Lei 14.133/2021, mais precisamente no seu art. 72, inciso III, solicito que seja previamente examinada a solicitação para contratação através de dispensa de Licitação e que seja elaborado um parecer jurídico para que transcorra dentro dos tramites legais e lisura administrativa.

A Base legal para esse processo de Dispensa de Licitação em função da exclusividade, encontra-se no Art. 75, inciso IV, da Lei 14.133/21.

Este processo Administrativo encontra-se instruído com:

- (1) Solicitação de despesa, juntamente com o termo de referência.
- (2) Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com compromisso a ser assumido;
- (3) Comprovação que o proponente que comprovou as condições de notória especialização atendendo todos os requisitos de habilitação e qualificação financeira e técnica;
- (4) Razão da escolha do fornecedor
- (5) Justificativa de preço.
- (6) Autorização da autoridade competente.

Demais disso, firme-se ainda que analisando as cotações ora firmadas, colacionada aos autos, é possível selecionar que a empresa **PARAGUASSU VEÍCULOS E PEÇAS LTDA.** apresentou as condições de exclusividade, diante da necessidade que o caso requer, exigindo da Administração Municipal providências para debelar, para que seja promovida a contratação, através de Dispensa de Licitação, amparada pelo Art 75, inciso IV da lei 14.133/21.

Caso opine favorável pela contratação, favor encaminhar parecer jurídico para que a autoridade superior autorize o procedimento de dispensa e proceda com a devida publicidade.

Capela do Alto Alegre- BA, 01 de julho de 2025.

REILA SOUZA ALMEIDA

Agente de contratação



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO ALEGRE - BAHIA

DESPACHO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 054/2025

Destarte, pelas razões emanadas da Procuradoria Jurídica, as quais concluem pela plena viabilidade da contratação destacada, submeta-se à apreciação do Chefe do Executivo, nos termos da legislação pertinente, qual seja a lei nº 14.133/2021, para deliberar acerca da ratificação da Dispensa de Licitação, autuada sob o nº 054/2025, objetivando a contratação da empresa **PARAGUASSU VEICULOS E PEÇAS LTDA**, inscrita no **CNPJ sob o nº 08.628.054/0001-08**, para **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva por tempo de garantia da SPIN/Nova SPIN LTZ AT 1.8 – 111 CV, Placa: SKF1J98 do Fundo Municipal de Saúde**, cujo valor estimado é de **R\$ 1.244,02 (mil duzentos e quarenta e quatro reais dois centavos)**.

Capela do Alto Alegre- BA, 01 de julho de 2025.

REILA SOUZA ALMEIDA
Agente de Contratação



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO ALEGRE - BAHIA

PARECER JURÍDICO

PARECER n°: PGM/0099/2025
PROCESSO n°: Processo Administrativo n°. 0099/2025
ORIGEM: Departamento Municipal de Licitação
INTERESSADO: PARAGUASSU VEICULOS E PEÇAS LTDA.
EMENTA: DISPENSA DE LICITAÇÃO. ART. 75, IV, "a" DA LEI DE CONTRATOS E LICITAÇÕES. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTACAO DE SERVICOS DE MANUTENCAO CORRETIVA E PREVENTIVA POR TEMPO DE GARANTIA DA SPIN/NOVA SPIN LTZ AT 1.8-111 CV, PLACA: SKF1J98 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE CAPELA DO ALTO ALEGRE. HABILITAÇÃO. POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO.

I - SÍNTESE DO OCORRIDO

1. Trata-se de Processo Administrativo autuado sob n° 099/2025, referente a Dispensa de Licitação n° 054/2024, com o objetivo contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva por tempo de garantia da SPIN/Nova SPIN LTZ AT 1.8-111 CV, Placa: SKF1J98 do Fundo Municipal De Saúde, nos termos do art.75, inciso IV, "a" da Lei n°. 14.133/21.

2. Justifica o solicitante a necessidade contratação, para garantir o bom funcionamento e a segurança do veículo e dos seus usuários viando atender as necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Saúde, ademais a manutenção corretiva e preventiva para manter o veiculo em perfeito estado de conservação, prolongando a sua vida e evitando eventuais defeitos decorrentes de pecas com prazo de validade vencido.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO ALEGRE - BAHIA

3. Com efeito, a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva por tempo de garantia do veículo SPIN/NOVA SPIN LTZ AT 1.8-111 CV, PLACA: SKF1J98, conforme descrita no DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA faz-se necessário, todavia, recomenda a adequação da justificativa nos termos dos art. 72 da Lei de Licitações, com a razão da Escolha do fornecedor ou executante e a Justificativa do Preço.

4. O processo foi autuado em 01 de julho de 2025 e instruído com os seguintes documentos principais:

Documentos de Formalização de Demanda (DFD): Apresentado pela Secretaria Municipal de Saúde. Tal documento detalham a justificativa da necessidade da contratação, a descrição sucinta do objeto, o grau de prioridade, e o prazo para conclusão do objeto imediato. As justificativas apresentadas ressaltam a imprescindibilidade que a execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva no período de garantia é essencial para preservar a vida útil do veículo e prevenir, falhas mecânicas que possam comprometer a continuidade das atividades da Secretaria Municipal de Saúde

Estudo Técnico Preliminar (ETP): Elaborado conjuntamente por representante da secretaria demandante e o setor de compras. O ETP define e especifica as necessidades e os requisitos da contratação, informa a estimativa da demanda, compara as soluções disponíveis, descreve detalhadamente a solução a ser contratada (diagnostico completo do sistema mecânico, elétrico e eletrônico do veículo, substituição de peças danificadas ou desgastadas, execução de revisão preventiva, incluído troca de óleo filtros, verificação de fluidos, calibragem de pneus e



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO ALEGRE - BAHIA

inspeção geral, testes de funcionamento e inspeção final para garantir a plena eficiência e segurança operacional), estima o custo total da contratação em R\$ 1.244,02 com base em planilha de cotação.

Termo de Referência (TR): O objeto detalhado, a fundamentação da contratação, os requisitos da contratação, as obrigações da Contratante e da Contratada, a designação dos servidores responsáveis pela gestão e fiscalização, os critérios de definição do valor estimado, os requisitos de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, a indicação da dotação orçamentária e a estimativa do valor da contratação, ratificando o montante de R\$ 1.244,02.

Documentos de Habilitação da Empresa PARAGUASSU VEICULOS E PEÇAS LTDA: Alteração contratual Contrato da sociedade, Carteira Nacional de Habilitação (CNH), Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos Tributários Estaduais da Bahia, Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Certidão Negativa de Débitos Municipais da Prefeitura de Santo Antônio de Jesus, Bahia, sede da empresa, Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo, Registro de Revisão Periódica, Declaração de exclusividade.

Atos Administrativos: Decreto Municipal nº 012/2025 designando a Agente de Contratação e a Comissão de Contratação; Despacho de Abertura do Processo Administrativo pela Agente de Contratação; Solicitação de indicação de dotação orçamentária; Declaração de existência de dotação orçamentária e adequação financeira, assinada pelo Secretário de Finanças e pelo



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO ALEGRE - BAHIA

Controle Interno; Justificativa da Dispensa e da Escolha do Fornecedor pela Agente de Contratação; Encaminhamento para análise jurídica.

4. Após a instrução processual, os autos foram encaminhados a esta Procuradoria Municipal para análise e emissão de parecer jurídico acerca da regularidade do procedimento de dispensa de licitação.

5. É o relatório. Passa-se à análise.

6. Passo agora ao parecer, concluindo pela possibilidade de dispensa de licitação, com fundamento no Art. 75, IV, "a" da Lei nº. 14.133/21.

II - DA COMPETÊNCIA DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

7. A decisão sobre consultas está inserida entre as atribuições dessa Procuradoria Municipal, conforme dispositivos legais e normativos vigentes que dispõem sobre a Estrutura Administrativa do município de Capela do Alto Alegre, Bahia.

III - MÉRITO

8. Inicialmente, salienta-se que a presente manifestação toma por base os elementos constantes dos autos até a presente data, e que cabe a este órgão prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, sem adentrar em aspectos relativos à conveniência e oportunidade dos atos praticados, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO ALEGRE - BAHIA

9. Estabelece o art. 37, inciso XVII, da Carta Magna, a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório para contratações feitas pelo Poder Público. No entanto, o próprio dispositivo constitucional reconhece a existência de exceções à regra ao efetuar a ressalva dos casos especificados na legislação, quais sejam a dispensa e a inexigibilidade de licitação.

10. Sendo assim, o legislador constituinte admitiu a possibilidade de existir casos em que a licitação poderá deixar de ser realizada, autorizando a Administração Pública a celebrar, de forma discricionária, contratação direta sem a concretização de certame licitatório.

11. A dispensa de licitação é uma dessas modalidades de contratação direta. O art. 75, da Lei nº. 14.133/21 elenca os possíveis casos de dispensa. Deve-se, todavia, esclarecer que para ser possível a contratação direta por dispensa de licitação no presente caso, mister restar comprovado que a proposta ofertada é a mais vantajosa para a administração.

12. Como em qualquer contratação direta, o preço ajustado deve ser coerente com o mercado, eis que a validade da contratação depende da razoabilidade do preço a ser desembolsado pela Administração Pública.

13. Preliminarmente, importante ressaltar que o caso em comento, enquadra-se na Dispensa de Licitação do Art.75, IV, "a" da Lei nº. 14.133/21, que diz:

Art. 75. É dispensável a licitação:

...



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO ALEGRE - BAHIA

I- Para contratação que tenha por objeto:

a) bens, componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira necessários a manutenção de equipamentos, a serem adquiridos do fornecedor original desses equipamentos durante o período de garantia técnica, quando essa condição de exclusividade for indispensável a vigência da garantia.

14. A hipótese legal desta dispensa se caracteriza sempre quando a Administração Pública adquirir bens com a garantia técnica, cuja vigência da garantia depende da manutenção programada ou revisão cíclica dos equipamentos do bem ou produto, como condição indispensável para sua validade.

15. E nisso, sempre quando for necessária a aquisição de componentes ou peças apontadas na Revisão ou Manutenção programada do bem ou produto, daremos à possibilidade da dispensa. Alinhado claro ao fato de que, deve haver condição de exclusividade indispensável observada no prestador do serviço.

16. Observando tais ponderações, ao caso talhado, trata-se de aquisição anterior do veículo SPIN/NOVA SPIN LTZ AT 1.8-111 CV, PLACA: SKF1J98, da fabricante Chevrolet. Cumpre ressaltar que na justificativa para a contratação da empresa PARAGUASSU VEICULOS E PEÇAS LTDA, consta que tal contratação é para manter a garantia do veículo, informando que as revisões devem ocorrer na concessionária autorizada, no caso em tela, foi juntada declaração informando que a empresa é representante exclusiva da marca.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO ALEGRE - BAHIA

17. Diante disso, a doutrina trouxe a hipótese de somente no caso dos preços forem superiores aos praticados, poder-se cogitar renúncia da garantia.

18. Se a quantia caracteriza-se exacerbada segundo os padrões do mercado, porém, não incumbe, *data máxima venia*, ao Departamento Jurídico essa análise e sim a Comissão Permanente de Licitação, que deve averiguar dentre outras coisas prazos, condições e modos do termo contratual e natureza das peças que devem ser trocadas.

19. Instruindo o aludido processo administrativo consta consignada a dotação orçamentária para a contratação.

20. Noutro giro, foram juntadas as certidões referentes a regularidade fiscal, perante a Fazenda Estadual, Municipal e Federal. Ainda, constam certidões que demonstram a regularidade relativa a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do trabalho.

21. Outrossim, há a exigência de documentos a serem apresentados para a realização de contratações diretas, conforme determina o art. 72 da Lei nº. 14.133/2021. Assim vejamos:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO ALEGRE - BAHIA

- II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
- III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
- IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
- V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
- VI - razão da escolha do contratado;
- VII - justificativa de preço;
- VIII - autorização da autoridade competente.

Documento de Formalização da Demanda (DFD) e/ou Estudo Técnico Preliminar (ETP): O processo foi instruído com DFD específicos da Secretaria demandante e um ETP consolidado. O DFD justifica a necessidade da contratação. A justificativa para a contratação sublinha a necessidade de garantir o bom funcionamento e a segurança do veículo, bem como a incolumidade dos usuários, visando atender às necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Saúde. Ademais, enfatiza-se a importância de assegurar que os veículos da frota permaneçam em condições adequadas de uso e segurança, propiciando mobilidade para a execução das atividades institucionais, tais como deslocamento de servidores, insumos e equipamentos, buscando, assim, a resolução de questões que promovam continuidade nos serviços públicos prestados. O documento ressalta, ainda, que a manutenção corretiva e



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO ALEGRE - BAHIA

preventiva mantém o veículo em perfeito estado de conservação, prolongando sua vida útil.

O ETP, por sua vez, aprofunda a análise da necessidade, descreve a solução escolhida de forma minuciosa, quantifica a demanda e estima os custos, demonstrando a viabilidade técnica da contratação, foram devidamente identificados os requisitos da contratação, que incluem a manutenção corretiva e preventiva do veículo SPIN LTZ AT 1.8-111 CV, com a prioridade de garantir sua segurança e bom funcionamento para as operações da Secretaria Municipal de Saúde. O estudo prossegue com a análise de três soluções alternativas, avaliando suas respectivas vantagens e desvantagens, sendo escolhida a terceira solução, qual seja a manutenção diretamente em concessionária autorizada da marca.

A estimativa da demanda e de custo foi levantada com base em processos anteriores do próprio município, resultando no valor estimado de R\$ 1.244,02. O ETP declara a ausência de contratações correlatas ou interdependentes e a inexistência de impactos ambientais que demandem medidas mitigadoras. O documento ratifica a necessidade, viabilidade e adequação da contratação, considerando que a manutenção na concessionária autorizada é a única tecnicamente viável para preservar a garantia de fábrica, essencial para a Administração.

Termo de Referência

O Termo de Referência do Processo Administrativo nº 099/2025, delinea o objeto da contratação como a prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva da SPIN/Nova SPIN LTZ AT 1.8-111 CV, Placa: SKF1J98, por tempo de garantia, com natureza de serviço e regime de execução indireto, condições

Praça Joaquim Machado, 170 - Centro - Fone/fax: (**75) 3690-2222/2221 - CEP 44645-000

Capela do Alto Alegre - Bahia - CNPJ 13.897.111/0001-94

prefeituradecapela@yahoo.com

LUIZ RICARDO CAETANO DA SILVA
OAB/BA Nº 29.274



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO ALEGRE - BAHIA

de execução, prazos, Fiscalização do contrato, e as obrigações das partes, requisitos da contratação.

Constam ainda os requisitos de habilitação (jurídica, fiscal e trabalhista, econômico-financeira e técnica) estão especificados, e a dotação orçamentária é devidamente indicada.

Estimativa de Despesa e Pesquisa de Preços: O valor estimado da contratação (R\$ 1.244,02), o Município não realizou cotação de preços de mercado, considerando os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, em consonância com o art. 23 da Lei nº. 14.133/21, o que deve ser imediatamente providenciada a juntada.

Parecer Jurídico e Técnico: O artigo 72, inciso IV, exige parecer jurídico e técnico, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos. O processo contém o ETP e o TR, que podem ser considerados os documentos técnicos que fundamentam a contratação. O artigo 53, §4º, da Lei nº 14.133/2021, estabelece a obrigatoriedade do controle prévio de legalidade por meio de parecer jurídico nas contratações diretas. Assim imperioso o presente parecer jurídico para fins de análise de legalidade, essencial para a tomada de decisão da autoridade competente pela autorização e ratificação da dispensa.

Demonstração da Compatibilidade Orçamentária: Foi juntada aos autos a declaração do setor competente (Secretaria de Finanças e Controle Interno) atestando a existência de dotação orçamentária suficiente para cobrir as despesas decorrentes da contratação e a compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO ALEGRE - BAHIA

a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), conforme exigido pelo artigo 72, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

Comprovação dos Requisitos de Habilitação: O artigo 72, inciso VI, exige a comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária. Foram juntados os documentos de habilitação jurídica, regularidade fiscal (federal, estadual e municipal da sede da empresa) e trabalhista).

Autorização da Autoridade Competente: O processo culminará com a ratificação da dispensa de licitação pelo Prefeito Municipal, autoridade competente, conforme exigido pelo artigo 72, inciso IX.

DA AUSÊNCIA DE CONTRATO FORMAL E O LIMITE DE DISPENSA

22. O Termo de Referência, o item 4.1.8, estabelece que o pagamento será realizado mediante Nota Fiscal/Fatura devidamente atestado, não havendo celebração de contrato administrativo.

23. Tal medida encontra amparo no artigo 95, §2º, da Lei 14.133/21, que dispensa a formalização de contrato para pequenas compras ou prestação de serviços de pronto pagamento.

24. O formalismo exige formatação de um contrato, sendo nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, exceto nas situações de pequenas compras ou prestação de serviços de pronto pagamento, definido-as a partir de um patamar de valor estipulado no art. 95, § 2º, da Lei 14.133/21, atualizado pelo Decreto nº 12.243 de 2024.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO ALEGRE - BAHIA

25.O doutrinador Ronny Charles Lopes de Torres, na obra "Leis de Licitações públicas comentadas", 12. ed. rev., ampl. E atual - São Paulo, 2021, tratando a respeito das pequenas compras ou prestação de serviço de pronto pagamento, previstos no art. 95, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, assim leciona:

Segundo o § 2º, é nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a administração, salvo o de pequenas compras ou prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Ressalvadas as exceções, o formalismo exige a formatação de um contrato ou instrumento congênere, sendo nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a administração. O legislador excetuou as situações de pequenas compras ou prestação de serviços de pronto pagamento, definindo-as a partir de um patamar de valor (dez mil reais)

26. Cumpre ressaltar, ainda, que o doutrinador Marçal Justen Filho, na obra "Comentários À Lei De Licitações E Contratações Administrativas" - São Paulo, 2021, chama atenção para o fato que o art. 95 §2º e o inciso II, da Lei nº 14.133/2021, devem ser interpretados de modo conjunto, entendendo da seguinte maneira:

" O §2º e o inc. II devem ser interpretados de modo conjunto. O inc. II estabelece que será vedada a substituição do instrumento contratual nos casos em que não resultarem obrigações futuras para o contratado, independentemente do valor. Já o §2º prevê que



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO ALEGRE - BAHIA

será cabível a contratação verbal em contratos de obras e serviços de valor até dez mil reais. Logo, deve-se reputar que o disposto no inc. II prevalece sobre o previsto no §2º. Ainda que o valor da contratação seja inferior a dez mil reais, será obrigatória a forma escrita e a adoção do instrumento completo quando forem impostas obrigações de execução futura ao contratado

27. No presente caso, a estimativa de custo da contratação é de R\$ 1.244,02. Este valor se enquadra nos limites estabelecidos pelo referido dispositivo legal para a dispensa da formalização de contrato, que é de até R\$ 12.545,11 (doze mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e onze centavos), conforme atualização promovida pelo Decreto nº 12.243 de 2024.

28. Dessa forma, a opção pela não formalização de contrato administrativo, substituindo-o por outros instrumentos hábeis como a nota de empenho, está em conformidade com a legislação vigente, considerando o baixo vulto da despesa e a natureza do serviço.

19-03 CAPELA DO ALTO ALEGRE 1985

29. Desta feita, entendemos que o procedimento atendeu parcialmente as exigências previstas na legislação atinente.

IV- CONCLUSÃO

30. Ante o exposto e considerando a análise detalhada dos autos do Processo Administrativo nº 099/2025, **conclui pela possibilidade do prosseguimento do procedimento de Dispensa de Licitação nº 054/2025**, com fundamento no artigo 75, inciso IV da Lei 14.133/21, exceto se atendidas as recomendações

Praça Joaquim Machado, 170 - Centro - Fone/fax: (**75) 3690-2222/2221 - CEP 44645-000

Capela do Alto Alegre - Bahia - CNPJ 13.897.111/0001-94

prefeituradecapela@yahoo.com

LUIZ RICARDO CAETANO DA SILVA
OAB/BA Nº 29.274



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO ALEGRE - BAHIA

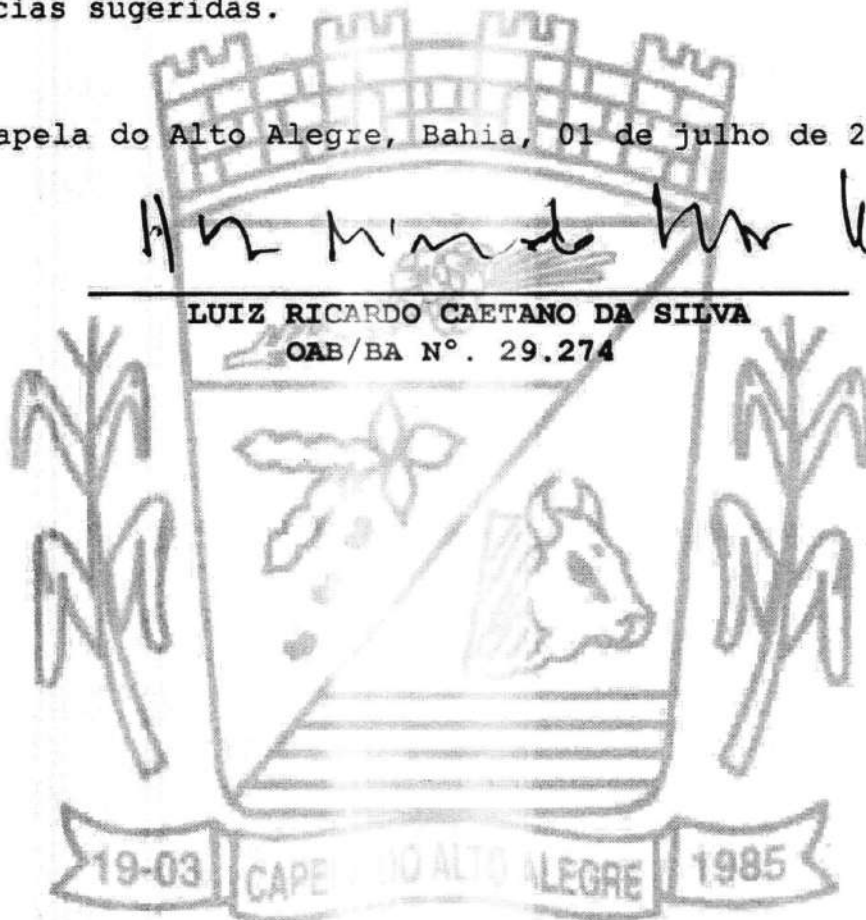
exaradas, que, após sanados os vícios formais e materiais identificados e, com os devidos ajustes, opina a Assessoria Jurídica pela **aprovação** do **processo** de inexigibilidade de licitação.

31. Encaminhe-se ao Gabinete do Prefeito para ciência e providências sugeridas.

Capela do Alto Alegre, Bahia, 01 de julho de 2025

Luiz Ricardo Caetano da Silva

LUIZ RICARDO CAETANO DA SILVA
OAB/BA N°. 29.274





PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO ALEGRE - BAHIA

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Dispensa de Licitação nº 054/2025

Considerando o teor do parecer da Assessoria Jurídica do Município de Capela do Alto Alegre, que opinaram pela contratação por dispensa de licitação a empresa **PARAGUASSU VEICULOS E PEÇAS LTDA**, inscrita no **CNPJ sob o nº 08.628.054/0001-08**.

Considerando a configuração de situação prevista no **Art. 75, Inciso IV, da Lei 14.133/2021** e a necessidade da realização da contratação em questão;

Decido Ratificar a presente Dispensa de Licitação com vistas à contratação direta da empresa **PARAGUASSU VEICULOS E PEÇAS LTDA**, através de Dispensa de Licitação, autuada sob o nº 054/2025, para a **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva por tempo de garantia da SPIN/Nova SPIN LTZ AT 1.8 – 111 CV, Placa: SKF1J98 do Fundo Municipal de Saúde**.

Cumpra-se.

Capela do Alto Alegre- BA, 01 de julho de 2025.

KÉRCIA ALVARES NASCIMENTO
Sec. Municipal de Saúde



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO ALEGRE - BAHIA

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 054/2025

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPELA DO ALTO ALEGRE do Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o disposto no Art. 75 Inciso IV da Lei nº 14.133/2021, *ratifica* o procedimento de contratação direta por Dispensa de licitação, embasado no diploma legal, à empresa **PARAGUASSU VEICULOS E PEÇAS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.628.054/0001-08, referente à Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva por tempo de garantia da SPIN/Nova SPIN LTZ AT 1.8 – 111 CV, Placa: SKF1J98 do Fundo Municipal de Saúde, no valor global de R\$ 1.244,02 (mil duzentos e quarenta e quatro reais dois centavos), Cumprindo assim com as disposições emendas pela legislação aplicável à espécie e pelo Egrégio Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia.

Capela do Alto Alegre- BA, 01 de julho de 2025.

KÉRCIA ALVARES NASCIMENTO
Sec. Municipal de Saúde



**EXTRATO DE RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 054/2025**

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPELA DO ALTO ALEGRE do Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o disposto no Art. 75 Inciso IV da Lei nº 14.133/2021, *ratifica* o procedimento de contratação direta por Dispensa de licitação, embasado no diploma legal, à empresa **PARAGUASSU VEICULOS E PEÇAS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.628.054/0001-08, referente à **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva por tempo de garantia da SPIN/Nova SPIN LTZ AT 1.8 – 111 CV, Placa: SKF1J98 do Fundo Municipal de Saúde**, no valor global de R\$ 1.244,02 (mil duzentos e quarenta e quatro reais dois centavos), Cumprindo assim com as disposições emendas pela legislação aplicável à espécie e pelo Egrégio Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia. Capela do Alto Alegre- BA, 01 de julho de 2025.

KÉRCIA ALVARES NASCIMENTO
Sec. Municipal de Saúde

